

**ESTADO DE SANTA CATARINA****PREFEITURA MUNICIPAL DE CORDILHEIRA ALTA**

RUA CELSO TOZZO, 27 - CENTRO - Cordilheira Alta - SC
 CEP: 89819-000 CNPJ: 95.990.198/0001-04 Telefone: (49) 3358-9100

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO**5/2023****Nº Processo:** 18/2023**Data Processo:** 16/02/2023

ATA DE RECEBIMENTO E ABERTURA DE DOCUMENTAÇÃO 1/2023

Reuniram-se no dia 16/02/2023 as 14:00, no(a) PREFEITURA MUNICIPAL DE CORDILHEIRA ALTA, os Membros da Comissão de Licitação com o objetivo de licitação na modalidade INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO destinado a CONTRATAÇÃO DE 12 ASSINATURAS, COM ENTREGA DIÁRIA DE JORNAL IMPRESSO DO "JORNAL DIÁRIO DO IGUAÇU" DA REDE DIÁRIO DE COMUNICAÇÃO LTDA, PARA ENTREGA NOS ORGÃOS PUBLICOS DEFINIDOS PELA PREFEITURA MUNICIPAL DE CORDILHEIRA ALTA.

Abaixo seguem os licitantes que participaram da licitação:

REDE DIARIO DE COMUNICACAO LTDA

24.528.666/0001-85

Inicialmente procedeu-se a leitura do teor das mesmas com os esclarecimentos e análise necessários, por ordem de entrada e, rubricadas toda a documentação atinente, tendo o seguinte parecer da comissão:

ÀS 14:00 HORAS DO DIA 16 DE FEVEREIRO DE 2023, NA SALA DO DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CORDILHEIRA ALTA/SC, REUNIU-SE A COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES, NOMEADOS PELO DECRETO MUNICIPAL Nº 301/2021, 13 DE AGOSTO DE 2021, PARA CONFERÊNCIA DA DOCUMENTAÇÃO DA LICITAÇÃO NA MODALIDADE DISPENSA DE LICITAÇÃO. A PARTICIPANTE DO CERTAME NÃO ESTAVA PRESENTE, APENAS FEZ O ENVIO DA DOCUMENTAÇÃO. INICIOU-SE A CONFERÊNCIA DA DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO, ONDE FORA VERIFICADO A REGULARIDADE DOS DOCUMENTOS DE ACORDO COM O SOLICITADO NO EDITAL, E A EMPRESA REDE DIÁRIO DE COMUNICAÇÃO LTDA, APRESENTOU TODA A DOCUMENTAÇÃO SOLICITADA NO EDITAL, SENDO HABILITADA. NÃO HAVENDO MAIS NADA A SE TRATAR, DEU-SE POR ENCERRADA A SESSÃO PÚBLICA DA LICITAÇÃO. EU ANDRESA BREANCINI, PRESIDENTE DA COMISSÃO DESIGNADA LAVREI A PRESENTE ATA. RAZÃO DA ESCOLHA DA CONTRATADA Os órgãos públicos devem se manter atualizados acerca dos fatos jornalísticos regionais que possam ser de grande expressão e muitas vezes de grande interesse de toda municipalidade. O Jornal Diário do Iguaçu, da Rede Diário de Comunicação Ltda- ME, é o único jornal que circula diariamente no município de Cordilheira Alta com expressão, alcance e diversificação de notícias e informações, proporcionando atualização dos leitores dos mais diversos âmbitos, bem como, proporcionando informações que podem nortear as atividades administrativas. Assim, considerando que há diversas publicações que trazem como conteúdo informações sobre acontecimentos diários bem como reportagens, matérias jornalísticas, pareceres e informações técnicas de diversos jornalistas e articulistas, não há dúvida de que a assinatura do periódico contribuirá para nortear a atividade administrativa. Exposta a necessidade do poder público de dispor de informações constantemente atualizadas, dinâmicas e acessíveis para o cumprimento de suas atividades institucionais, por meio de comunicação confiável, justifica-se a contratação da assinatura, tendo em vista a singularidade do jornal e a exclusividade na comercialização do mesmo. De acordo com essa Lei, os contratos celebrados com terceiros na Administração Pública devem ser necessariamente precedidos de licitação, excepcionando essa regra ressalvadas as hipóteses quando o objeto em questão se enquadrar em dispensa ou inexigibilidade. Quanto a inexigibilidade o Art. 25 da lei 8.666/93 indica três hipóteses, sem excluir outras, devendo sempre existir a inviabilidade de competição. Nesse viés, Marçal Justen Filho alerta que: A inviabilidade de competição se configura não apenas quando a ausência de pluralidade de alternativas afasta a possibilidade de seleção. Pode configurar-se inviabilidade de competição, para os fins do art. 25 da Lei n.º 8.666, mesmo quando existirem no mercado inúmeros particulares em condições equivalentes de desempenhar a prestação necessária à satisfação do interesse público. A inviabilidade de competição também se verificará nos casos em que houver impossibilidade de seleção entre as diversas alternativas segundo um critério objetivo ou quando o critério da vantajosidade for incompatível com a natureza da necessidade a ser atendida, ou ainda quando a realização da licitação inviabilizar a contratação de um entre os diversos sujeitos aptos a executar satisfatoriamente o contrato visado pela administração. Ainda opinião compartilhada por Hely Lopes Meirelles que nos apresenta o seguinte comentário: "Em todos esses casos a licitação é inexigível em razão da impossibilidade jurídica de se instaurar competição entre eventuais interessados, pois não se pode pretender melhor proposta quando apenas um é proprietário do bem desejado pelo Poder Público, ou reconhecidamente capaz de atender às exigências da Administração no que concerne à realização do objeto do contrato". (Direito administrativo brasileiro. 38ª ed. São Paulo: Malheiros, 2012, p. 306). E, ainda: O Tribunal de Contas do Distrito Federal (decisões: 7831/93, 8016/96, 23/95 e 6590/94) aduz que "para os dispêndios com assinaturas de revistas e periódicos, quando adquiridos diretamente das editoras responsáveis pela publicação., será inexigível a licitação, com fundamento no caput do art. 25, da lei 8, 666/193. " O Tribunal de Contas da União compartilhou desse pensamento. considerando "regular a

contratação sem licitação com editores'" (Decisão nº 589/1996 - Plenário). Verifica-se também, através do Parecer nº 11/2013 da Advocacia Geral da União, Processo nº 00407.001847/2013-61 sobre tema de contratação Assinatura podendo ser firmado diretamente com a editora, por inexigibilidade, tendo por limite o valor de assinatura para o período desejado, conforme Conclusão informada na página 09: "a) a contratação de jornais, revistas e periódicos pode ser feita pelo sistema de assinatura (com as editoras) ou pelo sistema de desconto sobre o preço de capa (com distribuidores), sem prejuízo de outras formas que se revelem mais adequadas conforme as peculiaridades do caso concreto. b) no caso de contratação pelo sistema de assinatura (com as editoras), deve a administração atender as seguintes orientações: (a) deve preferir tal modalidade sempre que a quantidade de publicações a ser contratada afaste a necessidade de fornecimento por meio de distribuidor: (b) o limite da contratação deve ser o valor de assinatura, cabendo à administração exigir os preços normalmente aplicáveis aos assinantes privados: (c) nesses casos, como pagamento, em regra, é antecipado, deve a administração observar a ON/AGU nº 37/2011; (d) dar-se-á por inexigibilidade quando o editor tiver direitos de exclusividade.

"
https://www.gov.br/agu/pt-br/composicao/procradoria-geral-federal-l/arquivos/PARECERN112013CPLCDEPCONSUPGFAGU.pdf À vista do exposto, está justificada a contratação da empresa para fornecimento do material, no caso em apreço os jornais serão adquiridos diretamente da empresa que produz e publica o jornal.

Nada mais havendo a constar, lavrou-se o presente termo que será assinado pelos presentes.

ANDRESA BREANCINI
PRESIDENTE

ANGELITA GABRIEL
MEMBRO

TATIANA RIBEIRO DE OLIVEIRA
MEMBRO
